



**Ao Exmo. Sr. Presidente da República,  
Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação,  
À Sociedade Brasileira.**

### **CARTA ABERTA**

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), lançou o *Programa Universidade para Todos*, que é um programa que pretende aumentar o número de vagas públicas de ensino superior através da estatização de 25% das vagas em instituições particulares. A proposta é apresentada pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, como uma “medida emergencial” em face da grande e crescente demanda, sobretudo das camadas de mais baixa renda, das populações negra, indígenas, do movimento negro, dos deficientes físicos e portadores de necessidades especiais e outros grupos sociais. Segundo o MEC, “*Ficam isentas de impostos e contribuições federais as instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que aderirem ao Programa Universidade para Todos*”; “*As instituições que aderirem ao programa devem oferecer gratuitamente 25% de suas vagas para o MEC*”; e, o público alvo são “*Estudantes de famílias de baixa renda provenientes da rede pública de ensino básico*”, “*Beneficiários da política de cotas*” e “*Portadores de necessidades especiais*”.

Nós, do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), consideramos importante a preocupação do governo e apoiamos a idéia básica de ampliação das vagas no ensino superior. Entretanto, temos também preocupações, tanto em relação ao programa proposto quanto em relação à proposta de Reforma Universitária, e queremos ressaltar os seguintes pontos:

- 1) Como nas reformas anteriores (Previdência e Fiscal) e nas reformas em andamento (Política e Trabalhista), a proposta de Reforma Universitária carece de democracia em seu processo de discussão e elaboração. Discordamos da forma como o governo vem conduzindo este processo e achamos fundamental que haja ampliação do debate, que deve buscar a participação de outros setores, além do governo, dos empresários, da igreja católica e do setor acadêmico. Devem ser instituídos fóruns locais e regionais de discussão e ser ouvidos, por exemplo, os diversos grupos e organizações do Movimento de Pré-vestibulares Populares.
- 2) Em relação do *Programa Universidade para Todos*, discordamos da forma como está proposto. Consideramos a importância do caráter emergencial do Programa, pois conhecemos muito bem o tamanho da demanda das classes populares e dos grupos sociais histórica e socialmente marginalizados pelo acesso ao ensino superior, que é, na letra da lei, *Direito de Todos*. Entretanto, como está proposto o Programa pode aprofundar as desigualdades sociais, na medida em que se sugere que as vagas estatizadas nas instituições particulares sejam para negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, ex-presidiários e pessoas de famílias de baixa renda. Todos conhecemos as dificuldades (em certos casos a falta de compromisso) das instituições particulares em manter um ensino de qualidade articulado à pesquisa. Para nós, é importante, urgente e

fundamental para o desejado processo de democratização e universalização do ensino superior que o governo abra uma discussão e considere a importância de uma política de cotas tanto nas vagas a serem estatizadas quando nas universidades estatais, que em nosso ponto de vista, deve ser no mínimo de 50% das vagas para os grupos desprivilegiados e discriminados; é fundamental, também, que o Programa tenha uma política de ocupação das vagas ociosas nas universidades estatais, prioritariamente destinadas aos grupos sociais marginalizados; é fundamental, ainda, que o Programa considere outras formas de acesso além do vestibular (por exemplo, um processo de avaliação de desempenho no ensino médio) e política de permanência (bolsas e atendimento estudantil) nos dois grupos de vagas. E, dado seu “caráter emergencial”, o Programa deve vigorar por um período de tempo determinado, juntamente com um processo de publicização das universidades estatais.

- 3) Discordamos dos benefícios que as instituições particulares receberão por aderir ao Programa. É preciso explicar melhor, por exemplo, por que as instituições privadas com fins lucrativos terão de 100% de isenção fiscal e as vagas estatizadas serão pagas pelo FIES. Pois neste caso a instituição receberá do FIES e o aluno, após formado, terá que reembolsar, já que é desse forma que funciona o FIES.
- 4) Discordamos com a proposta de assinatura de uma Medida Provisória na próxima semana, pois consideramos que o Programa deve ser mais discutido. Solicitamos que seja dado um tempo maior para a assinatura da medida.
- 5) Consideramos que o governo deve retomar o debate sobre Políticas de Ação Afirmativa, e as universidades estatais são instituições que têm que estar nesse debate, pois não temos dúvida que essa é uma das medidas para torná-las públicas. Temos dúvida se falta uma estratégia ao governo nessa área ou se a estratégia é recusar essa discussão. O governo pode mostrar que tem tal compromisso ético dando um passo importante: trabalhar para a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei número 213/2003, de autoria do Senador Paulo Piam (PT), que institui o Estatuto da Igualdade Racial, com o mesmo empenho em relação aos Estatutos dos Idosos e do Desarmamento. Políticas de Ação Afirmativa constitui um tema para a chamada Agenda Positiva. Infelizmente, o órgão criado para isso, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, não consegue cumprir o papel para o qual foi instituída, talvez porque não tenha nenhum papel a ser cumprido, pois não é um órgão executor de políticas e não tem ingerência sobre os ministérios. O que população negra ainda reclama, mais de um século após a abolição do escravismo, é por políticas e investimentos concretos e não por uma secretaria que sequer consegue ampliar o debate e colocar um tema na agenda estratégica do governo.

Universalizar o direito à universidade é tão estratégico para o país quanto zerar a fome e zerar o desemprego. Nossa prática cotidiana nos mostra que o melhor “primeiro emprego” para uma juventude sem perspectivas é a educação; e que a melhor atitude contra atitudes racistas que matam pessoas que “não parecem ser dentistas” ou que expulsam pessoas de shopping por que “não têm perfil de consumidor”, é a instituição de ações afirmativas que contribuam para modificar as visões preconceituosas na sociedade e das nossas instituições, que ampliem o acesso aos serviços essenciais e à renda. As preocupações, discordâncias e propostas do PVNC aqui expostas levam em consideração que no Brasil o caminho da mudança começa pelo combate às desigualdades.

**Rio de Janeiro, 07 de março de 2004.**